

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.417.616 - GO (2018/0334762-5)

RELATOR : MINISTRO MOURA RIBEIRO
AGRAVANTE : JOVACY PIRETT JUNIOR
ADVOGADOS : ADÍLIO EVANGELISTA CARNEIRO - GO011711
ÉDER DAVID ALVES E OUTRO(S) - GO027712
ZAIDEM FERREIRA - GO024606
AGRAVADO : COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL DOS PRODUTORES
RURAIS DO SUDOESTE GOIANO - COMIGO
ADVOGADOS : CAIRO AUGUSTO GONCALVES ARANTES E OUTRO(S) -
GO012974
EDMAR QUEIROZ DA SILVA - GO021316

EMENTA

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. **AGRAVO E RECURSO ESPECIAL INTERPOSTOS SOB A ÉGIDE DO NCPC. EMBARGOS À EXECUÇÃO. FALHAS NAS RAZÕES RECURSAIS. SÚMULA 284 DO STF. COAÇÃO MORAL PARA ASSINATURA DE NOTA PROMISSÓRIA. REEXAME DE PROVAS. SÚMULA 7 DO STJ. AGRAVO CONHECIDO. RECURSO ESPECIAL CONHECIDO EM PARTE E, NESSA EXTENSÃO, IMPROVIDO.**

DECISÃO

JOVACY PIRETT JUNIOR (JOVACY) ajuizou embargos à execução contra COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL DOS PRODUTORES RURAIS DO SUDOESTE GOIANO – COMIGO (COOPERATIVA), que foram julgados improcedentes.

A apelação interposta por JOVACY não foi provida pelo Tribunal de origem, nos termos da seguinte ementa:

APELAÇÃO CÍVEL. EMBARGOS À EXECUÇÃO. ALEGAÇÃO DE COAÇÃO MORAL NA ASSINATURA DE NOTA PROMISSÓRIA. DISCUSSÃO DA CAUSA DEBENDI DO TÍTULO DE CRÉDITO. PROVA. ÔNUS DO EMBARGANTE. ALEGAÇÃO NÃO COMPROVADA. 1 - Diante da literalidade, abstração e autonomia do título cambiário, o portador nada precisa provar com relação à sua origem, pois prevalece a presunção legal de legitimidade daquele. 2 - O ônus da prova da coação moral cabe ao embargante, a quem compete comprovar a ocorrência de tal fato, impeditivo e modificativo do direito da embargada, nos termos do artigo 373 do novo Código de Processo Civil. Não comprovadas suas alegações, não há como acolher o pleito e julgar extinta a execução contra ele proposta. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO. (e-STJ fls. 455)

Os embargos de declaração interpostos foram rejeitados. (e-STJ fls. 487/501)

Inconformado, JOVACY interpôs recurso especial, com fundamento no art. 105, III, *a*, da CF, alegando violação dos arts. 11, 489, incs. I, II e III, e 1.022, incs. I e II, do NCPC; 614, inc. II, do CPC/73; e 5º, incs. X, LIV e LV, e 93, inc. IX, da CF, ao sustentar que (1) o Tribunal de origem não analisou as questões apresentadas nos embargos de declaração; (2) que houve falha na fundamentação, pois o Tribunal não resolveu as questões que lhe foram apresentadas; (3) foi coagido a assinar referida cártula, a qual não tem lastro; e (4) não ficou comprovada a sua responsabilidade pelos desfalques financeiros ocorridos.

O apelo nobre não foi admitido em virtude (i) de não caber análise de matéria constitucional em sede de recurso especial; (ii) de não ter sido demonstrada a alegada negativa de prestação jurisdicional, incidindo a Súmula 284 do STF; e (iii) de incidir a súmula 7 do STJ.

Nas razões do presente agravo em recurso especial, JOVACY sustentou que (a) apenas foi feita menção a preceito constitucional; (b) indicou a omissão do tribunal de origem; e (c) não é caso de reexame de provas.

Foi apresentada impugnação (e-STJ, fls. 558/564).

É o relatório.

DECIDO.

De plano, vale pontuar que os recursos ora em análise foram interpostos na vigência do NCPC, razão pela qual devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma nele prevista, nos termos do Enunciado Administrativo nº 3 aprovado pelo Plenário do STJ na sessão de 9/3/2016: *Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC.*

A irresignação não merece prosperar.

Dos dispositivos constitucionais

Inicialmente, cumpre esclarecer que não é possível a análise de eventual ofensa a dispositivos da Constituição Federal, sob pena de usurpação da competência do Supremo Tribunal Federal.

A propósito, veja-se o precedente:

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. CIVIL E PROCESSUAL. VIOLAÇÃO DE

DISPOSITIVOS CONSTITUCIONAIS. DESCABIMENTO. OFENSA AO ART. 535 DO CPC. INEXISTÊNCIA. FUNDAMENTAÇÃO DEFICIENTE. SÚMULA Nº 284/STF. PREPARO. AUSÊNCIA DE RECOLHIMENTO. DESERÇÃO. SÚMULA Nº 187/STJ.

1. Compete ao Superior Tribunal de Justiça, em recurso especial, a análise da interpretação da legislação federal, motivo pelo qual se revela inviável discutir, nesta seara, a violação de dispositivos constitucionais, matéria afeta à competência do STF (art. 102, III, da Carta Magna).

2. Não viola o artigo 535 do Código de Processo Civil nem importa negativa de prestação jurisdicional o acórdão que adota, para a resolução da causa, fundamentação suficiente, porém diversa da pretendida pelo recorrente, para decidir de modo integral a controvérsia posta.

3. Incide, por analogia, a Súmula nº 284/STF quando o recorrente deixa de indicar o dispositivo de lei federal que teria sido violado pelo Tribunal de origem.

4. O recorrente deve comprovar, no momento da interposição do recurso especial, o pagamento das custas judiciais e do porte de remessa e retorno dos autos, sob pena de deserção, ainda que o recurso tenha por objeto a gratuidade da justiça, pois a concessão de tal benefício não tem efeito retroativo. Precedentes.

5. Agravo regimental não provido.

(AgRg no AREsp 803.183/MG, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, Terceira Turma, julgado em 5/4/2016, DJe 12/4/2016 - sem destaque no original)

(1) (2) Da negativa de prestação jurisdicional e falha na fundamentação

Verifica-se deficiência nas razões do recurso especial com relação à alegada negativa de prestação jurisdicional e de falha na fundamentação, visto que a recorrente não explicitou qual o ponto omissso, obscuro ou contraditório do acórdão recorrido, tendo apenas alegado que o tribunal não enfrentou as alegações apresentadas nos embargos de declaração e na apelação. Tal deficiência nas razões recursais atrai a incidência da Súmula 284 do Supremo Tribunal Federal.

A propósito:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. VIOLAÇÃO DO ART. 535 DO CPC/1973. ALEGAÇÃO GENÉRICA. SÚMULA Nº 284/STF. AÇÃO ANULATÓRIA DE ESCRITURA PÚBLICA. CARÊNCIA DA AÇÃO. FALTA DE INTERESSE PROCESSUAL. REEXAME DE PROVAS. SÚMULA Nº 7 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA.

1. O recurso especial que indica violação do artigo 535 do Código de Processo Civil de 1973, mas traz somente alegação genérica

de negativa de prestação jurisdicional, é deficiente em sua fundamentação, o que atrai o óbice da Súmula nº 284 do Supremo Tribunal Federal.

2. A reapreciação da conclusão do aresto impugnado encontra óbice, no caso concreto, na Súmula nº 7 do Superior Tribunal de Justiça.

3. Agravo interno não provido.

(AgInt no AREsp 747.457/DF, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, Terceira Turma, julgado em 23/8/2016, DJe 1/9/2016)

(3) (4) Dos arts. 11, do NCPC e 614, inc. II, do CPC/73

A Corte estadual, após análise do conjunto fático probatório dos autos, concluiu que não foi demonstrada a alegada coação moral praticada pela ora recorrida, assim consignando:

Sabe-se que, para que se desconstitua um título de crédito pelo reconhecimento de vício nele inserido pela odiosa via da coação, como forma de invalidade da cártula, é necessária prova cabal da violência por parte do credor ou de alguém a seu mando, sem o que as alegações não passam de mera tentativa de desconstituição de dívida livremente contraída.

Portanto, na hipótese em discussão, uma vez que o embargante, ora apelante, alegou que o título objeto da ação de execução foi emitido mediante coação moral, caberia a ele comprovar a ocorrência de tal fato, impeditivo e modificativo do direito da embargada, nos termos do artigo 373 do novo Código de Processo Civil.

(...)

Com efeito, da análise das provas dos autos, bem concluiu o douto magistrado a quo:

?(?)

Conforme se extrai dos documentos juntados aos autos, houve uma auditoria interna, através da qual buscou-se apurar os citados desvios ocorridos utilizando a senha do embargante.

Os documentos demonstram que o executado confessou a prática dos atos pelos quais foi acusado, contudo, disse em audiência que não leu nenhum destes documentos, assinando-os da mesma forma que fez com a nota promissória, para livrar-se do ?problema?.

Indagado, afirmou que não foi agredido nem ameaçado, nem mesmo qualquer membro de sua família. Disse que assinou os documentos porque estava cansado das acusações e dos procedimentos instaurados para apurar os fatos. Contudo, não soube explicar como um cheque de um cliente foi depositado

em sua conta-salário.

As testemunhas por ele arroladas nada souberam informar sobre os fatos narrados nos autos, sendo que nenhuma delas foi capaz de confirmar a suposta coação sofrida, apenas que, de fato, ele estava sendo questionado sobre os supostos desvios ocorridos na empresa embargada.

Portanto, não vislumbro qualquer vício de consentimento, muito menos a alegada coação.

Por outro lado, a testemunha GILMAR SILVA DE MOURA, gerente da empresa exequente, ouvido como informante, afirmou que o embargante disse que houve uma auditoria minuciosa, que apurou os valores desviados, sendo que Jovacy Pirett Júnior reconheceu, espontaneamente, que foi o autor dos desvios e se dispôs a ressarcir a empresa. Afirmou, ainda, que não houve qualquer tipo de ameaça ou coação ao embargante. Disse que tudo o que consta dos termos de declarações elaborados pela auditoria foi conversado com o executado, sendo tudo reduzido a termo e assinado pelos presentes.

GILMAR SILVA DE MOURA foi firme em relatar que o embargante afirmou que realizou os desvios, que tinha consciência disso e que queria pagar a dívida.

Assim sendo, é evidente que o valor apurado em relação aos supostos desvios ocorridos na empresa, cujos indícios apontam como autor o embargante, inclusive os documentos por ele assinados e provas testemunhais, demonstra a origem da dívida materializada na nota promissória executada.

Destarte, entendendo que a embargada, quando da realização da auditoria e questionamento do executado sobre os citados desvios ocorridos, estava exercendo seu direito de apurar os fatos, não configurando, assim, coação, eventual pressão sobre o embargante quanto às consequências do não ressarcimento dos valores desviados, convencendo-o a assinar a nota promissória referente ao débito apurado (CC, art. 153).

(?).? (sic).

Assim, comungo do entendimento exposto pelo juiz primevo, vez que as provas constantes dos autos são inconclusivas da conduta anômala da recorrida, na medida em que não há certeza sobre a origem ilícita da dívida, o que impossibilita averiguar, de forma consistente, a higidez do negócio jurídico subjacente à emissão da nota promissória.

Assim, ultrapassar a conclusão a que chegou o eg. Tribunal *a quo*, demandaria nova incursão no arcabouço fático-probatório carreado aos autos, procedimento sabidamente inviável na instância especial, pois vedado pela Súmula 7 desta Corte: *A pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial.*

Nessas condições, com fundamento no art. 1.042, § 5º do NCPC c/c art. 253 do RISTJ (com a nova redação que lhe foi dada pela emenda nº 22 de 16/03/2016, DJe 18/03/2016), **CONHEÇO** do agravo para **CONHECER EM PARTE** o recurso especial e, nessa extensão, **NEGAR PROVIMENTO**.

MAJORO em 5% os honorários advocatícios anteriormente fixados em desfavor JOVACY, nos termos do art. 85, § 11 do NCPC, observando-se, no que couber, o art. 98, § 3º, do CPC. Ressalte-se não ser aplicável, no caso, o limite previsto no § 2º do mesmo artigo, porque a verba honorária foi estipulada com base na equidade.

Adverta-se que eventual recurso interposto contra esta decisão estará sujeito às normas do NCPC, inclusive no que tange ao cabimento de multa (arts. 1.021, § 4º e 1.026, § 2º).

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 11 de fevereiro de 2019.

Ministro MOURA RIBEIRO

Relator